

PROCESSO - A. I. Nº 09282572/04
RECORRENTE - JOSÉ CARLOS LOPES DE LIMA
RECORRIDA - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECURSO - RECURSO VOLUNTÁRIO – Acórdão 2º JJF nº 0465-02/04
ORIGEM - IFMT - DAT/SUL
INTERNET - 19/04/2005

2ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO CJP Nº 0104-12/05

EMENTA: ICMS. SIMBAHIA. MICROEMPRESA. FALTA DE EMISSÃO DA DOCUMENTAÇÃO FISCAL. MULTA. Descaracterizado o intuito de fraude ou simulação. Cabível a aplicação de penalidade de acordo com o art. 158 do RPAF/99. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão não unânime.

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Voluntário interposto contra Decisão que julgou procedente o Auto de Infração em lide, lavrado em 12/08/2004, pela fiscalização de mercadorias em trânsito, para aplicação da multa no valor de R\$690,00, sob acusação de descumprimento de obrigação acessória referente à falta de emissão de documento fiscal na operação de venda de mercadoria para consumidor final, conforme Termo de Auditoria de Caixa à fl. 5.

O autuado em sua defesa constante às fls. 9 a 10, argumenta que de acordo com o dispositivo legal [artigo 236 do RICMS/97], está desobrigado da emissão de documentos fiscais ao consumidor, no momento da venda, quando forem de valores pequenos, e quando não exigidos pelo cliente, estando autorizado a emitir no final do dia uma nota fiscal computando as vendas do dia.

Diz que é uma microempresa, paga os seus impostos através do SimBahia, não justificando a aplicação da penalidade fixa em valor superior ao valor da receita apurada.

Alega, ainda, que o autuante deixou de solicitar esclarecimentos sobre o valor encontrado no Caixa, e que não cometeu a infração imputada, pois o seu procedimento é emitir as notas fiscais de vendas a consumidor a cada final de dia na forma prevista na legislação.

Por fim, requer o cancelamento do Auto de Infração.

O preposto fiscal que prestou a informação às fls. 13 a 14, após analisar os autos, ressalta que a defesa apresentada tem caráter protelatório, sem apresentar provas das suas alegações.

Cita o artigo 236 do RICMS/97 que permite a emissão de uma só nota fiscal de venda a Consumidor, pelo total das operações realizadas durante o dia, nas saídas de mercadorias para consumidor, de valor até R\$2,00 (dois reais), desde que não seja exigido o documento fiscal pelo comprador, nela devendo constar observação a respeito.

Esclarece que a atividade do contribuinte é “mini-mercado” classificada sob o Código nº 5213-2/01, que inclui a venda de produtos de valores superiores ao limite máximo ao qual se refere o citado artigo.

Ressalta ainda que o autuado não comprovou ter emitido qualquer documento fiscal nos moldes alegados, nem comprovou que os valores das mercadorias que comercializa situam-se abaixo de R\$2,00.

O julgador de Primeira Instância manifestou-se e decidiu pela Procedência da ação fiscal com o seguinte voto:

“A multa de que cuidam os autos foi aplicada em razão de descumprimento de obrigação acessória, relativa à falta de emissão de documentos fiscais nas operações de vendas de mercadoria a consumidor final, com base no Termo de Auditoria de Caixa (doc. fl. 5).

Da análise do referido documento constato que o autuante ao comparecer ao estabelecimento do autuado verificou a realização de vendas de mercadorias sem emissão de documento

fiscal próprio, fato esse confirmado através de Auditoria de Caixa realizada na presença do proprietário da empresa, na qual foi apurada a existência de R\$ 90,00 em espécie, oriundo do total de dinheiro existente menos o saldo do dia anterior, sem a devida comprovação de sua origem, sendo emitida a Nota Fiscal nº 000119 para regularizar as vendas realizadas.

Observe que o autuado não apresentou qualquer elemento de prova de sua alegação, no sentido de que houvesse emitido qualquer documento fiscal na forma prevista no artigo 236 do RICMS/97, mais precisamente que os valores das mercadorias que comercializa situam-se abaixo de R\$2,00.

Desta forma, não merece prosperar a alegação defensiva de que suas vendas são de pequenos valores, uma vez que se o seu procedimento fosse realmente de emitir as notas fiscais de vendas a consumidor a cada final de dia na forma prevista na legislação deveria ter trazido aos autos provas nesse sentido.

Portanto, concluo que a infração está caracterizada, mediante a apuração de saldo positivo de numerário no Caixa sem a devida comprovação da origem desse numerário, o que autoriza a conclusão de tratar-se de numerário advindo de operações de vendas de mercadorias sem a emissão dos respectivos documentos fiscais.”

Em seu Recurso Voluntário o recorrente repete, praticamente, os argumentos constantes de sua defesa, destacando-se as alegações de que como as vendas efetuadas foram de pequeno valor, procedeu na conformidade do que dispõe o art 236 do RICMS, o que lhe faculta emitir uma única nota no fim do expediente. Repete que se trata de microempresa que paga seus impostos através do SimBahia, não se justificando a aplicação da penalidade fixa, porque o imposto é pago por antecipação. Requer que o Auto de Infração seja julgado Improcedente.

A PGE/PROFIS opina pelo Não Provimento do Recurso Voluntário por entender que o autuado não juntou qualquer documento capaz de elidir o procedimento fiscal, além disso, as alegações do recorrente já foram devidamente analisadas pela 1ª Instância.

VOTO

Autos semelhantes já foram objeto de Decisão desta Câmara de Julgamento Fiscal. Está pacificado que, embora evidenciado o cometimento da infração, levando-se, no entanto, em consideração de que se trata de uma microempresa, que recolhe seus tributos através do SimBahia, e a também não caracterização de má-fé, fraude ou simulação, o Auto de Infração deve ser julgado procedente em parte, com a aplicação do disposto no art. 158 do RPAF/99, para reduzir a multa, a título corretivo, para o valor de R\$50,00.

Em face do exposto NÃO DOU PROVIMENTO ao Recurso Voluntário para julgar o Auto de Infração pela PROCEDÊNCIA, com a redução da multa aplicada para o valor de R\$50,00.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, em decisão não unânime, **NÃO PROVER** o Recurso Voluntário apresentado e julgar **PROCEDENTE**, com redução da multa aplicada, conforme o § 7º, da Lei nº 7.014/96, o Auto de Infração nº **09282572/04**, lavrado contra **JOSÉ CARLOS LOPES DE LIMA**, devendo ser intimado o recorrente para efetuar o pagamento da multa no valor de **R\$50,00**, prevista no art. 42, XXII, da citada lei.

VOTO VENCEDOR (Quanto à redução da multa): Conselheiros Fauze Midlej, José Hilton de Souza Cruz, José Carlos Barros Rodeiro, Nelson Antonio Daiha Filho e Tolstoi Seara Nolasco.

VOTO (Vencido quanto à redução da multa): Conselheiro Álvaro Barreto Vieira.

Sala das Sessões do CONSEF, 30 de março de 2005.

TOLSTOI SEARA NOLASCO - PRESIDENTE

FAUZE MIDLEJ - RELATOR

MARIA DULCE HASSELMAN RODRIGUES BALEEIRO COSTA – REPR. DA PGE/PROFIS